

②



## II

No valioso trabalho agora publicado pelo Dr. Santana Dionísio sobre o ensino da Filosofia poem-se muitas questões fundamentais para a Universidade. Não quero aqui analisá-las já que me interessa apenas citar desse apreciável ensaio uma frase que servirá de ponto de partida para esta segunda comunicação. A frase é a seguinte: "A bem dizer entre os Gregos não havia ensino; existia convivência." (1)

ora o problema que eu queria abordar tem no seu início a decisão sobre a pergunta implícita nessa frase. Poderá na realidade a convivência substituir o ensino? É desenvolvendo ainda mais; pertencerá a Universidade ao ensino que pode ser substituído pela convivência? A resposta afirmativa a estas duas perguntas pronuncia uma cadeia de conclusões importantes relativas ao tipo de saber, ao conceito de universal, à noção de ensino e daquilo que se pode ensinar, etc. Entre elas está a opção por uma sabedoria que o diálogo ao ar livre satisfaz, ou a escolha dum saber relacionado com um não saber mais misterioso e claustral.

A primeira que, salvo erro, poderia ser defendida em circunstâncias análogas tanto pelo Dr. Santana Dionísio como pelo Dr. Alvaro Ribeiro (2), fará depender a Universidade, a sua natureza e o seu governo, da Filosofia, plena esta de implicações religiosas. O diálogo ou a proposição creio que seriam para os dois Filósofos portugueses o próprio verbo universitário, assim como a ambos poderia satisfazer, como disse, o ar livre, a servir de abóbada grandiosa à Universidade reformada.

(1) Santana Dionísio- A Filosofia como objeto de Pedagogia

(2) Autor dum outro estudo importante para a questão universitária-Problema da Filosofia Portuguesa

Pelo menos, suponho que a aula com cátedra, cujo antecedente originário é o delimitado claustro, não satisfaria nem a um nem a outro porque ambos se libertam duma Teologia depositada e, em última análise, responsável directa pela própria delimitação do claustro.

Queria no entanto reservar a decantação deste problema para um terceiro estudo. Aqui importava sublinhar que o ensino-convivência, tanto se pode entender em peripatéticas lições de Filosofia como em imobilizadas aulas catedráticas, desde que a estas presida a existência duma comunidade que não se dissolva à entrada das mesmas aulas mas que, pelo contrário, se afirme nelas como a sua condição e governo.

Haveria ainda a ponderar um outro sentido de ensino-convivência, o sentido expreso nas Universidades britânicas.

Dizia-me há anos um aluno de Oxford, com uma seriedade que para nós precisa de ser garantida, que preencheria o seu curso de Filosofia com, um ano de desporto, um ano de convivência e o terceiro de estudo. Dizia isto com toda a seriedade porque não lhe passava pela cabeça que o desporto ou a convivência social não tivessem tanta importância para a formação universitária como o estudo. Para nós, os escravos do exame e da visão universitária positivista, é que só o trabalho cerebral provado e contado em medidas cerebrais vale como formação universitária; o resto ou se tolera como ornamento suplementar ou se toma por ociosidade quase criminosa.

Este amor ao supérfluo que os ingleses ostentam em todas as suas instituições não é compreendido por nós peninsulares deste século. Ortega Gasset anota isso no seu conhecido trabalho sobre a missão da Universidade mas para tirar uma conclusão com que discordo inteiramente. Dá a entender o filósofo espanhol que os ingleses reconhecem a superfluidade de grande parte dos seus costumes mas que os conservam, embora



Fundação Guitard o Futuro

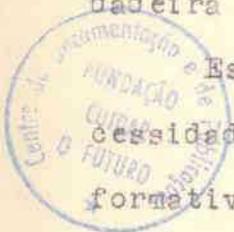
na realidade as instituições marchem semelhantemente às instituições continentais. O conservadorismo desse supérfluo social estaria apenas (segundo Gasset) no plano do temperamento inglês e não Mo dos seus ideais e finalidades colectivas; seria um capricho temperamental.

Discordo inteiramente, porque vejo nesse supérfluo uma expressão autêntica do evoluir social do povo inglês, o qual dificilmente poderá ser explicado sem a radicação do símbolo exterior no que a personalidade social tem de mais íntimo. Além de que o segredo da própria instituição universitária reside precisamente nessa radicação, ou seja, na possibilidade que o povo inglês tem de exprimir o social pelo histórico, conservando socialmente vivas as suas instituições seculares. A Universidade inglesa, como ainda há pouco afirmei, é a única que, conservando o essencial da instituição medieva, se conserva a si própria- é a única verdadeira Universidade, porque é aliás a única formativa.

Este requisito essencial da Universidade determina só por si a necessidade da convivência. Não é admissível, com efeito, uma instituição formativa cuja existência seja preenchida apenas pelo ensino catedrático.

Formação compreende sabedoria e vida, ou se quisermos defini-la, significa a criação de personalidade pela aquisição duma sabedoria vivida. Ora, neste sentido, não se pode formar, lendo, comentando ou mesmo exortando, do cimo duma cátedra. É necessário conviver para se formar ou se ser formado. A Igreja, qua é o exemplo de Sociedade formadora, e reformadora, não se bastaria certamente apenas com o ministério da pregação; ao contrário desempenha a sua missão, e a mais profunda, ministrando sacramentos de Vida à própria vida. Ela mesma é uma Sociedade Convivente, no sentido ao mesmo tempo mais divino e mais humano, mais sobrenatural e mais real.

O exemplo da Igreja serve duplamente. Serve, porque indica a neces-



## Fundação Cuidar o Futuro

sidade da convivência para formar -acção natural e indispensável da Universidade; serve porque explica o significado histórico da cátedra universitária, afinal o significado da acção docente de todas as Universidades de ontem e de hoje, daqui ou doutro sítio qualquer.

A filiação da Universidade na Igreja, no claustro monacal, diz já que a cátedra nada vale nem nada é sem ele, que o ministério de ensinar está sujeito ao ministério de aprender, que o professor elevado na cátedra sobe para ela da humilde fraternidade comunitária do mosteiro. A cátedra originária é portanto a mais accidental das situações na comunidade originária e sobrelevante.

A evolução das doutrinas e dos costumes separou a Universidade dessa origem monacal e progressivamente foi elevando aos ombros de Estado, a cátedra docente. Esta cátedra professoral passou a sede de governo da Universidade, passou a invadir os domínios da base comunitária e portanto a subverter os valores dentro da instituição.

É certo que sempre houve tipos docentes e discentes de Universidade e, caso curioso, a Inglaterra que hoje é talvez o único exemplo de instituição convincente (sob certo aspecto comunitário portanto) pertenceu sempre ao tipo docente, isto é, aquele género de Universidade em que a acção de formar sobreleva o interesse unânime de estudar. No entanto, mesmo o tipo docente, desde que compreendesse uma instituição em que a finalidade essencial estatutária dissesse respeito a uma comunidade livre no sentido mais profundo de liberdade, não contrariava, nem ainda contraria hoje no caso inglês, a virtude comunitária indispensável à existência da Universidade. É por isso que o governo docente da Universidade inglesa está sempre contrabalançado pela presença do colégio onde a existência individual do aluno é respeitada não só como tal mas também e sobretudo como elemento da unidade comunitária a que pertence.

Nós portugueses possuímos uma tradição universitária que não deixa



Fundação Cuidar o Futuro

dúvidas a este respeito. A nossa Universidade nasceu e desenvolveu-se de raiz vincadamente discente. Os escolares, os seus interesses ou mais tarde, o valor simbólico dos seus direitos, deram sempre à Universidade Portuguesa o seu caracter estudantil e não professoral.

Quem dirá hoje que essa foi a natureza predominante da instituição universitária.

O panorama actual, se se pode chamar panorama àquilo que apenas nas pedras e nos símbolos recorda a Universidade, é a própria opposição do que outrora a Universidade Portuguesa foi. Tal afirmação parecendo exagerada ou até facciosa, facilmente se confirma, pois basta consultar, por exemplo, a História de Portugal de Barcelos, para se ficar certo dessa opposição, insuspeitável para os nossos hábitos excessivamente obnubilantes. Refiro-me a esta obra por dois motivos: porque é na verdade um livro divulgado e de fácil consulta, e porque o capítulo sobre as instituições de cultura e a evolução histórica da Universidade Portuguesa vem pormenorizada e documentadamente descrita, é da autoria dum illustre catedrático, insuspeito como investigador da História e insuspeito para o ponto de vista docente da Universidade, - o Professor Joaquim de Carvalho.

Por aí se vê como os escolares tiveram o governo da Universidade enquanto ela possuiu a sua verdadeira autonomia, e mesmo depois, no advento regalista das reformas Manuelinas, como os lentes foram sempre excluidos do mesmo governo. Na reforma Manuelina a eleição do reitor "podia recair em pessoas de qualquer sciência, salvo em lentes"; " Às sessões do concelho não podiam assistir os lentes," etc/ Isto é, a progressiva intervenção do poder público na vida da Universidade e na sua autonomia não abalou o princípio discente; veio revelá-lo apenas dum modo negativo na exclusão expressa dos professores no seu governo.

Mantendo D. João III, na abalizada opinião do professor Joaquim

de Carvalho, a base estatutária que D. Manuel tinha conferido à Universidade, fez perdurar ~~por mais tempo~~, mesmo que só em valor simbólico, o princípio da comunidade discente essencial e originária.

O apego a tal princípio não é patenteado apenas pela constância com que se mantém mas pelo cuidado com que se evitam outros tipos de Universidade que por várias circunstâncias às vezes se oferecem como mais vantajosas. Assim aconteceu ao sábio D. Duarte que não quiz aproveitar dos conselhos de reforma <sup>de Duarte D. Pedro</sup> Ventão deslumbrado com o resultado do sistema docente inglês.

O tipo discente de Universidade é aquele que assenta numa comunidade de estudantes, no universal conceito determinado pela vida em comum de pessoas que se juntam para estudar. Este foi o tipo da Universidade Portuguesa e, na minha modesta opinião, o tipo mais real de Universidade.

O Cardeal Newman, o maior teorizador dos problemas universitários, embora colocado em face duma Universidade que como vimos é de tipo docente, justifica a sua teoria do conhecimento liberal pela acção de livremente aprender (não de ensinar) e tem os olhos postos nos estudantes, ao fazer os seus discursos, tomando-os como o verdadeiro sujeito da instituição universitária. De resto êles são-no pela necessidade lógica do silogismo, desde que se atribua à Universidade a missão de conhecer, de saber e de viver essa sabedoria. Perante tal missão, a comunidade daqueles que ensinam (se é que ela pode existir) apaga-se, ou mesmo, como no nosso caso, é considerada exterior à corporação e aos seus fins intrínsecos. Desta maneira o Stredium Generale é determinante da Universitas magistrorum et scholarium.

Isto não quiere dizer que os professores não caibam na corporação, mas antes que o seu lugar é aí secundário enquanto lentes e legítimo enquanto estudantes.

A comunidade dos que estudam, primacial e antecedente da corporação dos que lêm e dos que ouvem em qualquer tipo de Universidade, tem no regime da Universidade Portuguesa a tradição de garantir aquela comunidade básica dando ao elemento discente toda a autoridade e supremacia em desfavor do elemento docente.

Por isso defendi na primeira comunicação que a idéia de corporação não pode reformar a Universidade. Segui-la seria, por um lado desconhecer a mensagem da própria tradição universitária portuguesa e por outro lado, não tomar como essencial a idéia de comunidade dos estudantes, única que justifica qualquer Universidade realizada.

Não é a corporização dos mestres e dos escolares que nos deve preocupar porque nem uns nem outros formam por si elementos essenciais da Universidade. Se a quisermos verdadeiramente reformar temos que descobrir primeiro o segredo daquela comunidade de estudantes sobre que todo o resto assenta. A corporação ou a convivência ordenada de professores e alunos virá depois no decurso lógico da vida comunitária dos que têm por finalidade o saber universal.

E, quero crer, que uma das primeiras condições desse segredo obrigará a reservar para a comunidade de estudantes uma hierarquia que seja exclusivamente sua. Assim como toda a verdadeira comunidade só deve governar-se por si própria, a Universidade para voltar a sê-lo só deve ser governada pelos estudantes.



*Afonso Botelho*  
(Afonso Botelho)